#### SECRETARIA-EXECUTIVA DOS ÓRGÃOS **COLEGIADOS**

### SEL.ASSEC.

6066.2020.0001010-9

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA/063/ASSEC/2020 Em face da documentação e das peças gráficas apresentadas, e da MANIFESTAÇÃO/063/ASSEC/2020:

I. Considerada ADMISSÍVEL a aplicação do procedimento 'Aprova Rápido' ao empreendimento proposto.

### **COORDENADORIA DE ATIVIDADE ESPECIAL E SEGURANÇA DE USO**

SEGUR-1

#### SEGUR/DAE

Determinação(ões) do Diretor de Divisão Técnica: 00007/SEL/SEGUR/DAE/2020-2017-0.063.262-7-MINA-NO EMPR HOTELEIROS E AGROPECUARIA LTDA, AL SANTOS, 01437 - CEROLIFIRA CESAR-FICA CONCEDIDO PRAZO COM-PLEMENTAR DE 180 DIAS, CONTADOS A PARTIR DA DATA DE PUBLICAÇÃO DESTA, PARA ATENDIMENTO DA I.E.O.S. Nº 00119/SMUL/SEGUR/DACESS/2019, PUBLICADA EM 23/08/2019 E VENCIDA 19/02/2020, COM BASE NO PARAGRAFO ÚNICO DO ART, 58 DA LEI 16.642 DE 9 DE MAIO DE 2017, FINDO O QUAL DEVERÃO SER APRESENTADOS TODOS OS ATESTADOS EXIGIDOS NA MESMA.

00008/SEL/SEGUR/DAE/2020-2017-0.155.297-0-CON-DOMINIO EDIFICIO LYON, RAFONSO CELSO, 01221 - VILA MARIANA-FICA CONCEDIDO PRAZO COMPLEMENTAR DE 180 DIAS, CONTADOS A PARTIR DA DATA DE PUBLICAÇÃO DESTA, PARA ATENDIMENTO DA I.E.O.S. Nº 00062/SMUL/SEGUR/DA CESS/2019, PUBLICADA EM 12/07/2019 E VENCIDA 08/01/2020, COM BASE NO PARAGRAFO ÚNICO DO ART. 58 DA LEI 16.642 DE 9 DE MAIO DE 2017. FINDO O OUAL DEVERÃO SER APRE-SENTADOS TODOS OS ATESTADOS EXIGIDOS NA MESMA.

00009/SEL/SEGUR/DAE/2020-2014-0.195.461-4-CONDO-MINIO EDIFICIO CONTEMPORARY TOWER,AV IBIRAPUERA, 2102 IBIRAPUERA-FICA CONCEDIDO PRAZO COMPLEMENTAR DE 180 DIAS. CONTADOS A PARTIR DA DATA DE PUBLICAÇÃO DES-TA, PARA ATENDIMENTO DA I.E.O.S. Nº 00058/SMUL/SEGUR/DA-CESS/2019, PUBLICADA EM 04/09/2019 E VENCIDA 02/03/2020, COM BASE NO PARAGRAFO ÚNICO DO ART. 58 DA LEI 16.642 DE 9 DE MAIO DE 2017, FINDO O QUAL DEVERÃO SER APRESENTA-DOS TODOS OS ATESTADOS EXIGIDOS NA MESMA.

### SEGUR/DAE

Determinação(ões) do Diretor de Divisão Técnica: 00011/SEL/SEGUR-1/2020-2011-0.032.444-1-CONDO MINIO AMERICA BUSINESS PARK, AV MAJ SYLVIO DE MAGA-LHAES PADILHA, 05200 - MORUMBI-FICA NEGADO O PEDI-DO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA ATENDIMENTO DA IEOS Nº 00086/SMUL/SEGUR/DACESS/2019 PUBLICADA EM 13/06/2019 TENDO EM VISTA O NÃO ATENDIMENTO AO ITEM 7° DA LEI 16642/17 POR FALTA DE JUSTIFICATIVAS RELEVAN-TES JUNTAMENTE COM INFORMAÇÕES DETALHADAS DA SITUAÇÃO DAS OBRAS.

### SEGUR/DAE

Determinação(ões) do Diretor de Divisão Técnica:

00012/SEL/SEGUR-1/2020-2016-0.277.275-0-YUNES PARTICIPACAO, ADMINISTRACAO E NEGOCIOS, R LOURENCO MARQUES, 000158 - VILA OLIMPIA-FICA NEGADO O PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO CONSTANTE DA IEOS Nº 00210/SMUL/SE-GUR/DACESS/2019 PUBLICADA EM 25/05/19 E VENCIDA EM 25/11/19, TENDO EM VISTA A NÃO APRESENTAÇÃO DE JUSTIFI-CATIVAS RELEVANTES E INFORMAÇÕES DETALHADAS SOBRE O ANDAMENTO DAS OBRAS DE ACESSIBILIDADE

### COORDENADORIA DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

PA SEI N° 6068.2019/0004402-9 INTERESSADO: Grêmio Esportivo Cultural e Social Estrela de Luz -ASSUNTO: Pedido de Cessão À vista dos elementos constantes do presente processo, em especial a manifestação da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer - SEME/DGEE (doc. 024423402) e. nos termos da competência delegada pelo artigo 45, inciso II do Decreto nº 58.633/2019, INDEFIRO com fundamento no artigo 7º, inciso I, "c", do Decreto nº 52.201/2011, o pedido de cessão de área situada na Rua Soldado Alcebíades Bobadilha da Cunha, requerido pelo GRÈMIO ESPORTIVO CULTURAL E SOCIAL ESTRELA DE LUZ. no doc. 020056259, por falta de amparo legal; II - Nos termos do disposto no artigo 36 da Lei Municipal nº 14.141/2006, abre-se o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da presente publicação, para apresentação de RECURSO, que deverá ser entregue no protocolo da Secretaria Municipal de Licenciamento - SEL. Rua Boa Vista, nº 280, 7º andar, Centro — São Paulo, das 8h às 17h, período e horário que estará franqueada a vista dos autos do processo. No ato do oferecimento de recurso deverá ser recolhido o preço público devido, fixado na Tabela integrante do Decreto nº 59.160/2019, nos termos do que dispõe o artigo 17 do Decreto nº 51.714/2010.

# **DESENVOLVIMENTO URBANO**

GABINETE DO SECRETÁRIO

# **DESPACHO DO GABINETE**

6066.2020/0001025-7. Interessado: MAYARA MARYNA BUENO DA SILVA. ASSUNTO: Taxa de Alvará de Aprovação e Execução de Obra - I – Em vista do contido nos presentes autos, em especial da manifestação de CAP – 026107948 e da dica dosta Pasta na Portaria nº 119/12-SF. AUTORIZO a restituição da guantia de R\$ 12.414,12 (doze mil, quatrocentos e catorze reais e doze centavos) em favor de Mayara Maryna Bueno da Silva, inscrita no CPF/MF sob nº 348.184.078-01, Banco Itaú, Agência 8161, Conta Corrente 09734-3, referente à Taxa de Alvará de Aprovacão e Execução de Obra. Guia nº 410.122.399-8, tendo em vista o pagamento em duplicidade.

# **HABITAÇÃO**

**GABINETE DO SECRETÁRIO** 

# **SEHAB/GABINETE**

PROCESSO ELETRÔNICO 6014.2020/0000180-7

1.Considerando as informações constantes nos autos, em especial, a manifestação juntada em doc. SEI 025173782, que acolho como razão de decidir e passa a integrar a presente decisão. DETERMINO a concessão do benefício do Auxílio Aluguel ao(a) munícipe JOVINA AUGUSTA DE OLIVEIRA, CPF 375.304.238-27 com fundamento no art. 2. inciso III da Portaria SEHAB nº 131/2015.

# **SEHAB/GABINETE**

PROCESSO ELETRÔNICO 6014.2019/0003404-5 Despacho Exclusão:

1. Considerando as informações constantes nos autos, em especial, a manifestação juntada em doc. SEI 025175917 que acolho como razão de decidir e passa a integrar a presente decisão, DETERMINO a exclusão do munícipe MARCO ANTO-NIO MORAIS DIAS, CPF 121.414.068-89 do benefício do Auxílio Aluguel, com fundamento no Art. 1°, §1° e art. 3°, I, da Portaria SEHAB nº 131/2015.

### SEHAB/GABINETE

PROCESSO ELETRÔNICO 6014.2020/0000045-2 **DESPACHO:** 

1. Considerando as informações constantes nos autos, em especial, a manifestação juntada em doc. SEI 024943245 que acolho como razão de decidir e passa a integrar a presente decisão, DETERMINO a concessão do benefício do Auxílio Aluguel ao(a) munícipeISAEL LAURENTINO DE ARAUJO, CPF 228.303.178-82, com fundamento no art. 2°. Inciso III da Portaria SEHAB nº 131/2015.

#### SEHAB/GABINETE

PROCESSO ELETRÔNICO 6021.2020/0007538-8 DESPACHO:

Considerando as informações constantes do Processo SEI 6021.2020/0007538-8, em especial, em cumprimento à decisão proferida nos Autos da Ação nº 1026138-61.2019.8.26.0053 (026478392), hem como o encaminhamento de DEMAP no doc. 026478392, AUTORIZO a concessão do benefício de Auxílio Aluguel à Sra. GLAUCEA PASSOS FONSECA, inscrita no CPF sob nº 196.551.828-19, enquanto perdurarem os efeitos da decisão judicial em comento:

### **HOSPITAL DO SERVIDOR** PÚBLICO MUNICIPAL

**GABINETE DO SUPERINTENDENTE** 

### PROCESSO Nº 6210.2020/0000012-1

### **DESPACHO DA CHEFIA DE GABINETE**

I - Considerando os termos do parecer da Assessoria Jurídica desta Autarquia constante dos autos, que adoto como fundamento desta decisão, e nos termos da competência delegada pela Portaria nº 21/2017 - HSPM, publicada no D.O.C. de 07 de fevereiro de 2017, CONHECO da DEFESA PRÉVIA interposta por TREZE COMERCIAL LTDA - EPP., CNPJ: 82.330.937/0001-90, por tempestiva, e no mérito NEGO-LHE PROVIMENTO, aplicando--lhe, com fundamento no subitem 9.1.4 do item 9.1 da Cláusula IX - das Penalidades da Ata de Registro de Precos nº 194/2019 - HSPM, multa no valor de R\$ 1,70 (um real e setenta centavos), pelo atraso na entrega do produto.

II - Prazo Recursal: 5 dias úteis

III - Publique-se.

### PROCESSO Nº 6210.2019/0008139-1

**DESPACHO** 

I - Considerando os termos do parecer da Assessoria Jurídica desta Autarquia, constante destes autos, que adoto como fundamento desta decisão. CONHECO do recurso interposto por LIMPADORA CALIFÓRNIA LTDA, por tempestiva, e no mérito NEGO-LHE PROVIMENTO, aplicando-lhe multa no valor de R\$ 12.280,11 (doze mil duzentos e oitenta reais e onze centavos), em virtude das irregularidades apontadas na medição dos serviços, penalidade aplicada com base no subitem 8.2.2 do item 8.2 da Cláusula Oitava do Termo 70/2015 de Contrato, dando por encerrada a instância administrativa.

II - Publique-se

#### PORTARIA HSPM N° 31, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2020.

LUIZ CARLOS ZAMARCO. Superintendente do Hospital do Servidor Público Municipal - HSPM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 4°, XVIII, da Lei nº 13.766/04 em consonância com as disposições contidas no Art. 2°, do Decreto nº 58.183/18;

Art. 1º - Designar a servidora SOLANGE DE SOUZA AMA-RAL PINELLI, RF. 852.788.1, Agente de Apoio - Especialista Desenvolvimento Urbano - Arquiteto, para responder pelo Expediente do Departamento Técnico de Administração e Infraestrutura, durante o impedimento legal por motivo de férias da titular, no período de 27/02/2020 a 06/03/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagirão ao dia 27/02/2020.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

# ROSANGELA SOARES SARDINHA CORNETTA

Notificação de Penalidade - Nota Fiscal 1087

Notificamos Vossa Senhoria, que esta empresa encontra-se na iminência de ser apenada com multa de 7% sobre o valor de R\$ 14.825,00 (quatorze mil, oitocentos e vinte e cinco reais), correspondente a R\$ 1.037,75 (um mil, trinta e sete reais e setenta e cinco centavos), em virtude do atraso na entrega do ítem constante na Nota Fiscal nº 1087, Nota de Empenho nº 3848/2019. Processo Administrativo nº 6210.2020/0001039-9. Outrossim, informamos que o prazo para oferecimento de Defesa Prévia, se assim o desejar, é de 5 (cinco) dias úteis, nos termos do previsto § 2º do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93. e suas alterações, a qual poderá, a qual poderá enviada para o e-mail hspmprotocolo@hspm.sp.gov.br ou ser protocolizada junto a Seção de Protocolo, Distribuição e Arquivo, desta Autarquia na Rua Castro Alves, nº 60, 2º andar, Aclimação, São Paulo.

### INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA **MUNICIPAL**

**GABINETE DO SUPERINTENDENTE** 

PRECATÓRIO. SOLICITAÇÃO DE ESTORNO DE QUANTIA DEPOSITADA EM DUPLICIDADE A TÍTULO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. DEVOLU-ÇÃO EFETUADA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA AO TRIBUNAL DE JUSTICA DE SÃO PAULO.

PROCESSO Nº 2013.0.348.560-1 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO -Em face aos elementos que instruem o presente processo, das manifestações da Secretaria Municipal da Fazenda constantes as folhas 82 a 89, 100, 104 e 112; da Divisão de Finanças e Contabilidade do IPREM as folhas 109 e 110 117 e 118 120 e 125, todos deste processo administrativo nº 2013.0.348.560-1, em especial a solicitação do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo de folhas 62 a 64, autorizo a emissão de Nota de Empenho no valor de R\$ 15.106.65 (quinze mil cento e seis reais e sessenta e cinco centavos), relativa à Nota de Reserva nº 87, de 13/02/2020 de folhas 121, a favor da SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, inscrita no CNPJ sob nº 46.392.130/0007-03, onerando a dotação programática nº 09.122.3024.2.100, despesa nº 3.3.90.93.00, fonte de recurso nº 06, correspondente à restituição de receita de contribuições do Precatório nº 5527/2007, recebida em duplicidade em nome de Conceição Aparecida Pinto e outros (CPF 135.053.618/01), valor este já devolvido pela citada Secretaria àquele Tribunal, conforme Comprovante de Pagamento de Depósito Judicial de folhas 89.

Mandado de Segurança Cível nº 0049673-80.2012.80.26.0053 – 2ª Vara Fazenda Publica.

PROCESSO SEL Nº 6021.2019/00037252-6 - ASSOCIA-ÇÃO DOS AUDITORES FISCAIS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE SÃO PAULO - AAFIT - Nos termos da orientação estabelecida pelo Departamento Judicial - JUD nos

Encaminhamentos PGM/JUD n°s. 020995411, 022873116, 0023293783 e Relação nº 021302512 constantes do processo SEI nº 6021.2019/00037252-6, bem como do Encaminhamento PGM/JUD N° 026560654, em cumprimento definitivo de decisão judicial transitada em julgado nos autos do Mandado de Segurança Cível nº 0049673-80.2012.8.26.0053 movido pela ASSOCIAÇÃO DOS AUDITORES FISCAIS TRIBUTÁRIOS DO MUNICIPIO DE SÃO PAULO — AAFIT, em tramitação perante a 2ª Vara da Fazenda Publica, visando o calculo do adicional de quinquênio sobre os vencimentos integrais, em aditamento ao Despacho publicado no Diário Oficial da Cidade de 23/11/2019 pg. 28, determino, em caráter definitivo, a) anotar a decisão havida no prontuário do pensionista nº 033810/9-00, GILSON DE ARAUJO, nascido em 06/12/1951, portador da identidade RG nº 5.004.962-8 SSP/SP e do CPF/MF nº 872.826.238/72, beneficiário da ex-servidora AMELIA TYE FUJITA DE ARAUJO, falecida em 12/05/2017; b) incluir no cálculo do quinquênio a Gratificação de Produtividade Fiscal (Código 31), a Gratificação de Produtividade Fiscal – Meta Global (Código 168) e outras verbas de caráter não eventual (gratificações e cargos já perma-

### AÇÃO ORDINÁRIA. AUTOS Nº 0004369-77.2020.8.26.0053 - 6ª VARA FAZENDA PÚBLICA. PENSÃO POR MORTE

PROCESSO SEI Nº 6021.2018/0022168-2 - CELIA RODRIGUES - Nos termos da orientação estabelecida pelo Departamento Judicial - JUD 21, contida no Encaminhamento PGM/JUD 21 - Cumprimento e RPV nº 026565060 do processo SEI nº 6021.2018/0022168-2, para cumprimento definitivo de decisão judicial nos autos da Ação Ordinária nº 0004369-77.2020.8.26.0053, movida por CELIA RODRIGUES, em trâmite pela a 6ª Vara da Fazenda Publica, visando à concessão de pensão por morte de servidor publico municipal falecido, determi no, em caráter definitivo, proceder à inscrição da autora CELIA RODRIGUES, nascida em 11/08/1957, portadora da identidade RG nº 35.867.564-9 SSP/SP e do CPF/MF nº 281.707.638/94, no rol de pensionistas deste Instituto, na condição de companheira do ex-servidor municipal WALTER CORNELLO, falecido em 09/02/2016, pagando-lhe pensão por morte a partir de março de 2020; b) elaborar demonstrativos das diferenças devidas para parte autora, mês a mês, adotando-se como termo inicial (09/02/2016) e como termo final a véspera do cadastramento.

#### APOSTILA DA PORTARIA Nº 15, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020, PUBLICADA NO DOC DE 29/02/2020, PAGINA 66

É a Portaria apostilada para constar que a seção correta é Secão de Custos. Empenhos e Execução Orcamentária e não Seção de Cálculos como constou.

### DESPACHOS

Ação Ordinária. Autos nº 0008580-40.2012.8.26.0053 - 4ª Vara Fazenda Pública. Pensão por morte. Esposa. Concessão negada administrativamente. Sentença de procedência. Recurso do IPREM desprovido. Trânsito em julgado da obrigação de fazer. Cumprimento definitivo. Providência do IPREM.PRAZO: 30/04/2020

Processo SEI n.º 2012-0.153.805-6

I — Nos termos da orientação estabelecida pelo Departa mento Judicial - JUD 21, contida nas folhas 72 e verso do processo administrativo nº 2012-0.153.805-6, para cumprimento definitivo de decisão judicial nos autos da Ação Ordinária nº 0008580-40 2012 8 26 0053 movida por ARACY BERALDO DA SILVA, em trâmite pela 4ª Vara da Fazenda Publica, visando à concessão de pensão por morte de servidor publico muni cipal falecido, determino, em caráter definitivo, a) proceder à inscrição da autora ARACY BERALDO DA SILVA, nascida em 08/10/1936, portadora da identidade RG nº 5.299.332 SSP/ SP e do CPF/MF nº 033.216.208/71, no rol de pensionistas deste Instituto, na condição de esposa separada do ex-servidor municipal AVELINO CYRILLO DA SILVA, falecido em 02/04/2009, pagando-lhe pensão por morte a partir de março de 2020; b) elaborar demonstrativos das diferencas devidas para parte autora, mês a mês, adotando-se como termo inicial 02/04/2009 (data de falecimento do ex-servidor) e como termo final a véspera do cadastramento (fevereiro/2020).

# DIVISÃO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

#### CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO -HOMOLOGAÇÃO

6013.2019/0003794-4 - PMSP - SERGIO RICARDO RICCI RF(s): 532.334.7-01. 532.334.7-02 e 532.334.7-03 - CTC(s) n°(s) 344, 345 e 346/IPREM/2020 emitida(s) em 06/02/2020;

6013.2019/0006139-0 - PMSP - ALFREDO OSCAR SALUM RF(s): 660.658.0-01 - CTC(s) n°(s) 86/IPREM/2020 emitida(s) em 14/01/2020

6016.2019/0055633-6 - PMSP - ELIANA MAIA FILGUEIRA RF(s): 684.955.5-01 — CTC(s) n°(s) 15/IPREM/2020 emitida(s) em 03/01/2020;

6018.2019/0032153-4 - PMSP - EDISON CESAR DA SILVA RF(s): 637.553.7-01 e 637.553.7-02 - CTC(s) n°(s) 2246 e 2247/ IPREM/2019 emitida(s) em 18/09/2019:

6013.2019/0002549-0 - PMSP – JOAO FERNANDO GUIM-BRA SIMOES COELHO - RF(s): 633.739.2-01 e 633.739.2-02 - CTC(s) n°(s) 2579 e 2580/IPREM/2019 emitida(s) em 24/10/2019;

6013.2020/0000154-2 - PMSP - GEORGIA ELIZABETH BAR-BOSA PAIVA FORGHIERI – RF(s): 316.831.0-01 e 316.831.0-02 – CTC(s) n°(s) 172 e 173/IPREM/2020 emitida(s) em 20/01/2020; 6018.2019/0042450-3 - PMSP - EDUARDO SALLES RF(s): 552.577.2-01 e 552.577.2-02 - CTC(s) n°(s) 192 e 193/

IPREM/2020 emitida(s) em 20/01/2020: 6029.2019/0006706-9 - PMSP – VAILSON ADELSO CROTI RF(s): 653.391.4-01 - CTC(s) n°(s) 233/IPREM/2020 emitida(s)

em 22/01/2020: 6016 2019/0079983-2 - PMSP - FRANCISCO RUFINO DOS SANTOS – RF(s): 505.683.7-01 – CTC(s) n°(s) 2937/IPREM/2019

emitida(s) em 18/12/2019; 6013.2020/0000567-0 - PMSP - LUCI APARECIDA ULIANA SERRA - RF(s): 611.785.6-01 - CTC(s) n°(s) 309/IPREM/2020

emitida(s) em 03/02/2020; 6018.2019/0040003-5 - PMSP - MARIA AUXILIADORA SOARES FLORENTINO - RF(s): 604.797.1-01 e 604.797.1-

03 - CTC(s) n°(s) 2875 e 2877/IPREM/2019 emitida(s) em 05/12/2019: 6018.2020/0003412-0 - PMSP - MONICA NAHAS - RF(s): 609.746.4-01 - CTC(s) n°(s) 319/IPREM/2020 emitida(s) em

04/02/2020: 6018.2019/0047273-7 - PMSP - ROSALINDA TELES DA SILVA - RF(s): 640.842.7-01 - CTC(s) n°(s) 237/IPREM/2020

emitida(s) em 22/01/2020; 6018.2019/0033948-4 - PMSP - MARCIA PRASINOS -RF(s): 663.254.8-01 e 663.254.8-04 – CTC(s) n°(s) 317 e 318/

IPREM/2020 emitida(s) em 04/02/2020; 6018.2019/0048547-2 - PMSP - FATIMA FRANCO OLI-VEIRA - RF(s): 635.786.5-01 - CTC(s) n°(s) 313/IPREM/2020

emitida(s) em 03/02/2020; 6018.2019/0050232-6 - PMSP - ARLETE AYAKO YAMASAKI - RF(s): 641.853.8-01 - CTC(s) n°(s) 215/IPREM/2020 emitida(s)

em 21/01/2020; 6016.2020/0010045-8 - PMSP — ELZIMAR XAVIER NO-GUEIRA - RF(s): 656.664.2-01 - CTC(s) n°(s) 304/IPREM/2020 emitida(s) em 03/02/2020:

6018.2019/0051854-0 - PMSP - PAULA MATIKO SUDO -RF(s):  $610.778.8-01 - CTC(s) n^{\circ}(s) 286/IPREM/2020 emitida(s)$ em 30/01/2020 e

6018.2019/0043814-8 - PMSP - SONIA CRISTINA DE CAR-VALHO - RF(s): 585.122.0-01 e 585.122.0-02 - CTC(s) n°(s) 274 e 275/IPREM/2020 emitida(s) em 28/01/2020.

HOMOLOGO as Certidões de Tempo de Contribuição emitidas com fundamento nas disposições da Portaria MPS nº 154/2008. Publicada no DOU de 16/05/2008.

### CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO -CANCELAMENTO DE HOMOLOGAÇÃO

2013-0.104.304-0 - PMSP - ALFREDO OSCAR SALUM -RF(s): 660.658.0-01 - CTC(s) n°(s) 313/IPREM/2014 publicado(s) em 01/03/2014.

### **JUSTIÇA**

GABINETE DO SECRETÁRIO

### PORTARIA 002/SMJ/PROCON DE 28 DE FEVE-**REIRO DE 2020. 10 DE JANEIRO DE 2020.**

O Coordenador da Coordenadoria de Defesa do Consumidor - PROCON, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, notadamente o artigo 8º do Decreto Municipal nº 58.414/2018;

RESOLVE: Art. 1º Designar para atuar como fiscais do PROCON,

nos termos do inciso I do artigo 12 do Decreto Municipal no 58.414/2018, os seguintes servidores: I- Adjair Bertochi, RF; II- Patricia Pacheco Rubino de Oliveira, RF 879.456-1

01/SMJ/PROCON de 10 de janeiro de 2020 passa a vigorar com a seguinte redação: 'Art. 1º Designar para atuar como fiscais do PROCON, nos termos do inciso I do artigo 12 do Decreto Municipal nº

Art. 2º Em consequência o artigo 1º da Portaria PROCON

58.414/2018, os seguintes servidores:

I- Adjair Bertochi, RF 857.538.0 II- Patricia Pacheco Rubino de Oliveira, RF 879.456-1

III- Renato Martins, RF no 715,439-9:

IV- Nilton Chagas, RF nº 855.690-3;

V- Ligia Palma de Barros Latorre Lobo, SMJ, RF nº 726.624-3;

VI- Rodmir Francisco Ervolino, SMI, RF nº 696 405-2: VII- Alexandre Da Silva Rodrigues, RF nº 878907-0;

VIII- Ana Carolina Dos Santos Oliveira, RF nº 856980-1:

IX- Ana Flavia Gomes Braga, RF nº 856996-7; X- Carlos Enescu, RF nº 673851-6; e

XI- Moisés Turoli Fernandes Da Silva, RF nº 878894-4. Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições ao contrário.

#### SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIM-PROC DESPACHOS: LISTA 2020-2-040

DEPARTAMENTO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE E DO **PATRIMONIO** ENDERECO: AVENIDA DA LIBERDADE, 103 - 7 ANDAR

PROCESSOS DA UNIDADE SNJ/DEMAP-G

1979-0.000.657-5 JUIZO DIR 2 VARA FAZENDA MUNIC **AUTOS 369/79** 

ETIQUETA 01-053.365-79-96

DOCUMENTAL NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, ARQUIVE-SE 1979-0.006.694-2 HELENA MILAN

ETIQUETA 08-000.208-79-20

DOCUMENTAL

NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, ARQUIVE-SE 1986-0.000.806-9 ISIDORO MATHEUS OUTROS C FE 156/86 PATR 23

ETIQUETA 02-019.344-86-60

ETIQUETA 58-001.770-94-51

DOCUMENTAL NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, ARQUIVE-SE 1994-0.045.499-6 JOSEDRA ORTIZ GAVA ESPOLIO

DOCUMENTAL NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, AROUIVE-SE 1995-0.065.704-0 DEPARTAMENTO PATRIMONIAL OC.

ETIQUETA 45-000.240-95-91

DOCUMENTAL NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, ARQUIVE-SE

2008-0.160.388-5 GREMIO RECREATIVO UNIAO VILA OLIMPIA

**DOCUMENTAL** NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, AROUIVE-SE

2012-0.081.457-2 SERGIO ALBERTO CORREIA DE

DOCUMENTAL

NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, ARQUIVE-SE 2014-0.317.033-5 DEPARTAMENTO DE DEFESA MEIO AMBIENTE E PATRIMONIO DOCUMENTAL

NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, ARQUIVE-SE 2015-0.205.134-2 DEPARTAMENTO DE DEFESA MEIO AMBIENTE E PATRIMONIO

DOCUMENTAL NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, ARQUIVE-SE 2016-0.061.877-0 PROCURADORIA GERAL DO MU-

NICIPIO DOCUMENTAL

DOCUMENTAL

NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, ARQUIVE-SE 2016-0.133.576-4 DEPARTAMENTO DE DEFESA MEIO

NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, ARQUIVE-SE 2017-0.130.155-1 LUIGI ZAMBONI NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, ARQUIVE-SE

2017-0.159.223-8 DEPARTAMENTO DE DEFESA MEIO AMBIENTE E PATRIMONIO DOCUMENTAL NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, ARQUIVE-SE

**2017-0.163.987-0 ALINE JUVENAL VIEIRA BUENO** DOCUMENTAL NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, ARQUIVE-SE

# **CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**GABINETE DO CONTROLADOR GERAL** 

### PORTARIA CGM N° 30 - CGM-G, DE 2 DE **MARÇO DE 2020**

Dispõe sobre as regras de compensação das horas não trabalhadas em decorrência da suspensão do expediente nas datas especificadas pelo Decreto nº 59.213, de 12 de fevereiro

O CONTROLADOR GERAL DO MUNICIPIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e considerando o disposto nos artigos 3º e 5º do Decreto nº 59.213, de 12 de fevereiro de 2020, de modo a garantir o pleno cumprimento da jornada de trabalho.

RESOLVE:

Art.1º Esta Portaria fixa as regras de compensação em decorrência do Decreto nº 59.213, de 12 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre o funcionamento das repartições públicas municipais da Administração Direta, Autárquica e Fundacional no ano de 2020.





documento digitalmente Art. 2º Por força da suspensão do expediente nos dias 20 de abril, 12 de junho e 10 de julho, a compensação das horas não trabalhadas se dará, na proporção de 01 (uma) hora por dia, em horários previamente estipulados pela chefia imediata, nos sequintes períodos:

I — referente ao dia 20 de abril, totalizando 8 (oito) horas, entre a data de publicação desta portaria até 30 de abril de 2020; II — referente aos dias 12 de junho e 10 de julho, totalizan-

II – referente aos dias 12 de junho e 10 de julho, totalizando 16 (dezesseis) horas, entre o dia 04 de maio até o dia 31 de agosto de 2020.

§ 1º A compensação a que se refere o caput deste artigo não poderá prejudicar a jornada de trabalho regular do servidor, e deverá ser feita no início ou no final do expediente diário, a critério da chefia imediata do servidor.

§ 2º Os dias de expediente suspensos acarretam obrigatoriamente o desconto dos valores pagos a título de auxíliotransporte, vale-transporte, auxílio-refeição e vale-refeição, nos termos do § 1º do artigo 3º do Decreto.

Art. 3º Para os dias úteis das duas semanas comemorativas das festas de Natal e fim de ano, as unidades da Controladoria Geral do Município organizarão o recesso compensado, mediante a formação de duas turmas de trabalho, em comum acordo com a chefia imediata, que se revezarão nas respectivas semanas, devendo o expediente para atendimento ao público obedecer ao horário normal de funcionamento de cada unidade.

§ 1º Para os fins do caput deste artigo, considera-se: I - semana comemorativa de Natal: período compreendido

entre 20 e 26 de dezembro de 2020;

II - semana comemorativa de fim de ano: período compreendido entre 27 de dezembro de 2020 e 2 de janeiro de 2021. § 2º Fica excluído do recesso compensado o servidor que:

a) tiver sofrido qualquer tipo de punição disciplinar neste exercício;

 b) estiver em gozo de férias em uma das duas semanas referidas no caput deste artigo, ainda que parcialmente, não poderá participar do recesso compensado.
 § 3º A compensação das 24 (vinte e quatro) horas não

trabalhadas em decorrência do recesso compensado deverá ocorrer no período compreendido entre setembro e dezembro de 2020, na proporção de 1 (uma) hora por dia.

§ 4º O servidor que integrar as turmas de recesso compensado deverá, obrigatoriamente, comparecer ao trabalho nos dias úteis de uma das semanas referidas no § 1º deste artigo, não podendo ter faltas abonadas.

§ 5º A participação no recesso compensado acarretará, obrigatoriamente, os descontos dos valores pagos a título de auxílio-transporte, vale-transporte, auxílio-refeição e vale-refeição referentes aos dias de não comparecimento.

§ 6º A não compensação, total ou parcial, das horas não trabalhadas, acarretará os demais descontos pertinentes.

Art. 4º A compensação de que trata esta Portaria aplica-se aos estagiários da Pasta, observada a respectiva jornada diária. Art. 5º A não compensação dos dias não trabalhados acarretará o apontamento das faltas correspondentes, sem prejuízo do disposto no artigo 9º do Decreto.

Art. 6º As horas trabalhadas mediante o sistema de compensação não serão consideradas como horas suplementares ou prestação de qualquer tipo de serviço extraordinário.

Art. 7º As horas compensadas sem autorização da chefia não serão computadas para qualquer fim.

Art. 8º Excetuam-se do disposto nesta Portaria as unidades cujas atividades não possam sofrer solução de continuidade, as quais deverão funcionar normalmente.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publi-

GUSTAVO UNGARO

CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO

#### EXTRATO DA ATA DA 59ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO MUNICIPAL DE ACESSO À INFOR-MAÇÃO – CMAI

No dia vinte de fevereiro de 2020 (20/02/2020), às 14 horas e 43 minutos (quatorze horas e guarenta e três minutos), na sala de reuniões II, no décimo andar (10º and.) do Edifício Matarazzo, situado no Viaduto do Chá, nº 15, Centro - São Paulo/SP, realizou-se, ordinariamente, a quinquagésima nona (59ª) reunião da CMAI – Comissão Municipal de Acesso à Informação, com a presenca dos (as) Ilmos. (as) Senhores (as): Gustavo Un-Controlador Geral da CGM, Presidente da CMAI; Luis Felipe Vidal Arellano - Secretário Adjunto da SF; Cleide Bauab Eid Bochixio – Secretária Adjunta da SG; Tatiana Regina Renno Sutto - Chefe de Gabinete da SGM; Cristiane Joaquim - Assessora do Gabinete do Prefeito; Cibele Parmigiani Gonnelli – Assessora da SECOM; Rodolpho Furlan Domingues - Assessor da SMJ; Fausto Peixoto Shiraiwa – Assessor da SMDHC; Pedro Kazu Gabiatti – Assessor Técnico I da CGM/COPI, Damaris Di Donatto Ferreira Torquato - Auditora de Controle Interno da CGM/COPI e Helidiana Simões de Araujo — Assessora Técnica II da CGM/ COPI e Secretária Executiva da CMAI. Desta forma, restou atingido o quórum mínimo com a presença de 5 (cinco) integrantes para a realização da reunião ordinária, nos termos do parágrafo único do art. 54 do Decreto Municipal nº 53.623/2012, com a presença do Controlador do Município, do Secretário Adjunto da SF, da Secretária Adjunta da SG, da Assessora do Gabinete do Prefeito e da Assessora da SECOM, nos termos da segunda parte do § 1º do art. 52 do mesmo Decreto. I. Apresentação da Pauta. O Presidente da CMAI abriu a reunião com a apresentação da pauta iniciando-a pelo retorno dos Termos de Classificacão da SMADS II. Retorno do recurso sobrestado: II.1. Análise do Pedido de Acesso à Informação nº 43287/SME - Relatoria: Secretaria Municipal da Fazenda – SF. O representante da SF apresentou breve histórico do pedido, que possui a seguinte redação: "Gostaria de ter acesso à quantidade, descrita ano por ano, relativa aos últimos dez anos (2009 a 2019), de alunos que puderam regredir de ano letivo por autorização judicial, uma vez que, na Educação Infantil, a avaliação da escola não possui atribuição para reter alunos Assim com autorização judicial determina-se que a DRE retenha o aluno". Após a análise do presente caso, os membros presentes na 57ª Reunião Ordinária da CMAI, por unanimidade, deliberaram pelo SOBRESTAMENTO do feito, para que seja conferido com a SME se todos os processos relacionados ao "regresso de ano letivo por autorização judicial" correriam em segredo de justiça. A Secretaria Executiva da CMAI enviou ofício (Processo SEI nº 6067.2020/0000304-3) à SME para que informasse se todos os processos relacionados ao "regresso de ano letivo por autorização judicial" correriam em segredo de justiça. A SME informou que todos os processos administrativos e/ou judiciais, de gualguer matéria, em que constem dados e informações relativos aos estudantes são protegidos pelo direito constitucional à intimidade, materializado na conjugação dos dispositivos em relação a preservação e sigilo de informações do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/1990) com o disposto no Art. 189 da Lei Federal nº 13.105/2015. Desta forma, fica impedida a disponibilizacão de consultas ao teor e documentos às partes não interessadas. A Secretaria Executiva da CMAI enviou e-mail à PGM/SP para questionar sobre a existência de qualquer tipo de compilado com as informações mencionadas neste pedido. A PGM/SP informou por e-mail que não possui qualquer documento que contenha informações sobre o número de processos de "regres-so de ano letivo por autorização judicial". A demanda retornou à 59ª Reunião Ordinária da CMAI. Após a análise do presente caso, os membros da CMAI, por unanimidade, deliberaram pelo INDEFERIMENTO do recurso em 3ª instância, uma vez que, como esclarecido pela SME, a compilação dos dados mencionados constituiria trabalho adicional, prática vedada pelo art. 16. III, do Decreto nº 53.623/2012, e, além disso, inviável a consulta presencial do requerente aos processos administrativos em cada DRE, já que resquardados pelo segredo de justica. Ademais, vale informar ao requerente que, após contato com a PGM/SP, o órgão também comunicou não possuir compilado

com a quantidade de processos nos quais foi autorizado o regresso do ano letivo por autorização judicial. III. Análise dos novos recursos em 3ª Instância; III.1. Análise do Pedido de Acesso à Informação nº 43915/Sub Lapa - Relatoria: Secretaria do Governo Municipal - SGM. A representante da SGM apresentou breve histórico do pedido de acesso à informação que possui a seguinte redação: "A) Considerações (i) Pelo motivo de os pedidos de informações via e-SIC 39368 e 40212 terem transitado em 3ª instância, ficando assim sob a responsabilidade da Controladoria Geral do Município de São Paulo e pelo fato de haver divergências entre respostas apresentadas pelo órgão responsável (SUB LA) a respeito do mesmo assunto no pedido e-SIC 39368 e resposta dada na e-SIC 40212, tratando da localização do equipamento do TPU 21/2016, venho requer que me seja fornecida a informação para esclarecimento a respeito das divergências apuradas, conforme será tratado abaixo em B)1-(ii) Este munícipe esclarece o seguinte: a exposição de todos os fatos aqui discriminados destinam-se, tão somente, a proporcionar o melhor entendimento e embasamento para que o órgão competente, SUB LA, responsável em responder os pedidos de informações que serão feitos a seguir, possa fazê-los de acordo com as especificações das informações requeridas e não de outra forma, e, também, para que este munícipe possa ter o melhor entendimento e conhecimento dos mesmos, pois que são do seu total interesse assegurar o seu direito fundamental de acesso a informação requeridas conforme a seguir: B) Pedidos de Informação 1- Fatos a serem considerados: (i) A Sub LA apresentou 02 arquivos: 40212\_FOTO 1 RUA TAGIPURU.JPG e 40212\_FOTO 2 RUA TAGIPURU.JPG, na e-SIC 40212. Temos que, este munícipe interpretou como sendo apresentação da locali-zação do TPU 21/2016. Tal interpretação se deu pelo fato de somente o TPU 21/2016 ter endereço à Rua Tagipuru, sendo que, os TPU's 24/2016 e 25/2016 têm seus enderecos à Rua Dr. Adolpho Pinto, conforme documentação apresentada pela Sub LA na sua resposta de 3ª instância no pedido e-SIC 39368 e 40212, em 01/11/2019 e, também, conforme resposta dada no pedido e-SIC 20629. (ii) De acordo com o croqui do TPU 21/2016, aprovado no processo 2015-03311.106-3, fls 05, fica demonstrado e provado, de forma inequívoca, qual deve ser a localização do equipamento do TPU 21/2016, basta que se verifique cópia fiel do referido croqui a ser acessada por meio do link https://ibb.co/VML6fX8 (iii) Considerando-se o que foi apresentado pela Sub LA em forma de fotos pelos arquivos: 40212 FOTO 1 RUA TAGIPURU.JPG e 40212 FOTO 2 RUA TAGIPURU. JPG, na e-SIC 40212, há divergência, pois que, a Sub LA apresentou localização para o equipamento do TPU 21/2016 diferente do posicionamento do croqui mencionado acima. Temos que, de acordo com o que está demonstrado na cópia do croqui com marcações, a ser acessada por meio do link a seguir: https://ibb.co/dgSyfQk , tal divergência fica evidente, pois que onde está marcado com um círculo verde, representa o posicio namento correto do equipamento do TPU 21/2016 e conforme aprovado no respectivo PA e, por outro lado, temos o posicionamento apresentado pela Sub LA marcado com xis (x) vermelho envolvido por um círculo vermelho, totalmente divergente do demonstrado no croqui. (iv) Em 12/06/2019, foi dada resposta pela Sub Lapa ao pedido e-SIC 39368 com alguns trechos reproduzidos a seguir: "Informamos que tomamos conhecimento do relatado pelo permissionário, bem como da liminar para o mesmo permanecer no local, sendo que ele já foi orientado a permanecer o local indicado conforme croqui contido no processo 2015-0.311.106-3". (v) Em 17/06/2019 foi dada resposta ao recurso de 1ª instância pela Sub Lapa ao pedido e-SIC 39368, reproduzido a seguir: "c) Pode este tipo de situação fazer com quem eu venha a sofrer algum tipo de constrangimento com relação ao posicionamento do meu carrinho estar de acordo com o do croqui, como já ocorreu? Resposta: o equipamento deverá estar localizado no mesmo endereço indicado no Termo de Permissão de Uso - TPU/Croqui d) Esta Subprefeitura da Lapa afirmou em sua resposta ter orientado para eu ficar no local conforme croqui, assim sendo, solicito a seguinte informação: o setor de fiscalização e apreensão estão cientes a respeito de tal afirmação? Resposta: a Equipe de Apreensão foi orientada quanto à localização dos permissionários conforme endereços e croquis inseridos nos seus respectivos processos que originaram os Termos de Permissão de Uso -TPU's" 2.1 Em decorrência dos fatos expostos acima, este munícipe requer a seguinte informação: por que a Sub LA apresenta resposta, dada em 01/11/2019, referente ao posicionamento para o equipamento do TPU 21/2016 divergente em relação ao croqui aprovado por esta mesma Sub LA, e, apesar de, por diversas vezes, ter reiterado que o permissionário do TPU 21/2016 deveria posicionar seu equipamento de acordo com o croqui aprovado, conforme demonstrado acima?". A demanda foi submetida à CMAI. Após a análise do presente caso, os membros da CMAI. por unanimidade, deliberaram pelo INDEFERIMENTO do recurso em 3ª instância, uma vez que o acesso à informação relacionada aos TPUs e Croquis mencionados no pedido foi assegurado e houve complementação das informações após o contato da Secretaria Executiva da CMAI com a SUB LA. Contudo, em razão da existência de situação que resta conflituosa, sugere-se que (i) a SUB LA tente composição amigável entre as partes envolvidas e (ii) seia acionada, via ofício, a Corregedoria do Município de São Paulo para inspecionar eventuais irregularidades na distribuição de TPUs naquela região. IV. Encerramento. O representante da CGM declarou encerrada a reunião às 14 horas e 56 minutos (quatorze horas e cinquenta e seis minutos), da qual se lavrou a presente ata, lida e aprovada, que será assinada por

todos via SEI. Gustavo Ungaro Controlador Geral Controladoria Geral do Município (CGM) Cleide Bauab Eid Bochixio Secretária Adjunta Secretaria Municipal de Gestão (SG) Luis Felipe Vidal Arellano Secretário Adiun Secretaria Múnicipal da Fazenda (SF) Cibele Parmigiani Gonnelli Assistente de Gestão de Políticas Públicas Secretaria Especial de Comunicação (SECOM) Cristiane Joaquim Assessora Gabinete do Prefeito Pedro Kazu Gabiatti Assessor Técnico I Coordenação de Promoção da Integridade (COPI)

Controladoria Geral do Município (CGM) A Íntegra da Ata da Reunião da Comissão de Acesso à informação está disponível no Portal de Transparência da Prefeitura de São Paulo (http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/ acesso-a-informacao/Paginas/CMAI-Comiss%C3%A3o-Municipal-de-Acesso-%C3%A0-Informa%C3%A7%C3%A3o.aspx)

# PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

GABINETE DO PROCURADOR GERAL

A COMISSÃO ESPECIAL DE JULGAMENTO DE REQUERIMENTOS DE COMPENSAÇÃO informa que o requerimento de compensação nº 3143329-4, contribuinte Roberto de Jesus Figueiredo foi INDEFERIDO. Para visualizar as razões do indeferimento o contribuinte deverá realizar o acesso pelo portal https://peq.prefeitura.sp.gov.br/OpenForms/frmOrientacoesPEC.aspx, aba acompanhamento. O contribuinte poderá interpor recurso administrativo em face da presente decisão no prazo de 15 dias corridos, nos termos do art. 23 do Decreto nº 58.767/2019. (Diego Henrique Lemes, OAB nº 255.888).

DEPTO DE DESAPROPRIAÇÕES

LINHA DE ATENDIMENTO DIRETO: 3397-4851
DESPACHO DO GABINETE DA PROCURADORIA DESAP

PA SEI 6021.2020/0007622-8 - DEPARTAMENTO DE DESAPROPRIAÇÕES Pagamento de honorários provisórios de Perito Judicial na Ação de desapropriação de autos nº 1073096-68.2019.8.26.0053 - 5º VFP. Autorização para emissão de Nota de Empenho. Em face dos elementos que instruem o presente e à luz do disposto no Decreto nº 59.171, de 10/01/2020, bem como pela competência delegada na Portaria nº 01/16 - PGM/CGGM.G, AUTORIZO a emissão de nota de empenho, onerando a dotação nº 21.00.21.10.02.062.3024.4.817.3.3 .90.36.00.00 do orçamento vigente no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), conforme nota de reserva de recursos (Doc. 026564523), em nome de EDUARDO CORNELIO GIONGO, CPF nº 761.649.428-53, correspondente ao pagamento dos honorários periciais provisórios fixados em juízo.

PA SÉI 6021.2020/0008100-0 - DÉPARTAMENTO DE DESAPROPRIAÇÕES Pagamento de honorários provisórios de Perito Judicial na Ação de desapropriação de autos nº 1069521-89.2019.8.26.0053 - 5º VFP. Autorização para emissão de Nota de Empenho. Em face dos elementos que instruem o presente e à luz do disposto no Decreto nº 59.171, de 10/01/2020, bem como pela competência delegada na Portaria nº 01/16 - PGM/CGGM.G, AUTORIZO a emissão de nota de empenho, onerando a dotação nº 21.00.21.10.02.062.3024.4.817.3.3 .90.36.00.00 do orçamento vigente no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), conforme nota de reserva de recursos (Doc. 026558743), em nome de EDUARDO CORNELIO GIONGO, CPF nº 761.649.428-53, correspondente ao pagamento dos honorários periciais provisórios fixados em juízo.

PA SEI 6021.2020/0008098-5 - DEPARTAMENTO DE DESAPROPRIAÇÕES Pagamento de honorários provisórios de Perito Judicial na Ação de desapropriação de autos nº 1073100-45.2019.8.26.0053 – 1º VFP. Autorização para emissão de Nota de Empenho. Em face dos elementos que instruem o presente e à luz do disposto no Decreto nº 59.171, de 10/01/2020, bem como pela competência delegada na Portaria nº 01/16 – PGM/ CGGM.G, AUTORIZO a emissão de nota de empenho, onerando a dotação nº 21.00.21.10.02.062.3024.4.817.3.3.90.36.00. 00 do orçamento vigente no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), conforme nota de reserva de recursos (Doc. 026560958), em nome de JACQUES GERAB JUNIOR, CPF nº 101.259.158-10, correspondente ao pagamento dos honorários periciais provisórios fixados em juizo.

### DEPTO JUDICIAL

### DESPACHO DO DIRETOR

6013.2019/0001480-4 — Em cumprimento ao Despacho de deferimento do pagamento do pecúlio (025302231), AUTORIZO, nos termos da delegação conferida pelo artigo 32, parágrafo 3°, inciso I, letra "a" do Decreto Municipal nº 57.263/16, o pagamento do pecúlio em razão de aposentadoria por invalidez decorrente de acidente de trabalho, a reserva e a emissão de Nota de Empenho nos termos da delegação conferida pela Portaria 1/16-PGM/ CGGM.G., item IV, no valor de R\$ 3.798,60 (três mil, setecentos e noventa e oito reais e sessenta centavos), nos moldes preconizados no artigo 80., da Lei 9.159/80; onerando a dotação número 28.21.28.062.0000.0.036.3.3.90.05.00.00 do orçamento vigente com vistas a promover o pagamento de pecúlio

mento vigente, com vistas a promover o pagamento de pecúlio. 6021.2018/0003644-3 — Em face dos elementos e documentação que instruem o presente, notadamente a manifestação do Procurador oficiante, de JUD ATA e JUD Contabilidade retro, que adoto como razão de decidir, à luz do disposto no Decreto no. 59.171/2020, no uso da competência que me foi delegada pela Portaria 01/2016 - PGM/CGGM.G, AUTORIZO, a emissão de Nota de Empenho no valor de R\$ 77,10 (setenta e sete reais e dez centavos), onerando a dotação no. 21.10.0 2.062.3024.4.817.3.3.90.36.00.00 do orçamento vigente, com vistas a promover o pagamento complementar de 01 diligência do Oficial de Justiça PAULO EDUARDO SANTOS CACCIATORI, inscrito no CPF sob o n. 310.493.108-96, consoante Mapa Mensal de Mandados e certidões constantes do presente, tornando parcialmente sem efeito o despacho publicado em 24/10/2018, que iá havia autorizado este pagamento.

que já havia autorizado este pagamento.

6021.2019/0001431-0 — Em face dos elementos e documentação que instruem o presente, notadamente as manifestações dos Procuradores oficiantes, de JUD ATA e JUD Contabilidade retro, que adoto como razão de decidir, à luz do disposto no Decreto no. 59.171/2020, no uso da competência que me foi delegada pela Portaria 01/2016 - PGM/CGGM.G, AUTORIZO, a emissão de Nota de Empenho no valor de R\$ 159,18 (cento e cinquenta e nove reais e dezoito centavos), onerando a dotação no. 21.10.02.062.3024.4.817.3.3.90.36.00.00 do orçamento vigente, com vistas a promover o pagamento de diligências do Oficial de Justiça PAULO EDUARDO SANTOS CACCIATORI, inscrito no CPF sob o n. 310.493.108-96, consoante Mapas Mensais de Mandados e certidões constantes do presente.

6021.2019/0004553-3 — Em face dos elementos e documentação que instruem o presente, notadamente a manifestação do Procurador oficiante, de JUD ATA e JUD Contabilidade retro, que adoto como razão de decidir, à luz do disposto no Decreto no. 59.171/2020, no uso da competência que me foi delegada pela Portaria 01/2016 - PGM/CGGM.G, AUTORIZO, a emissão de Nota de Empenho no valor de R\$ 79,59 (setenta e nove reais e cincoenta e nove centavos), onerando a dotação no. 21.10.02.062.3024.4.817.3.3.90.36.00.00 do orçamento vigente, com vistas a promover o pagamento de diligências da Oficial de Justiça SANDRA LÚCIA MARTINS PARREIRA inscrita no CPF sob o n. 081.914.738-95, consoante Mapa Mensal de Mandados e certidão constantes do presente.

6021.2019/0004567-3 — Em face dos elementos e documentação que instruem o presente, notadamente a manifestação do Procurador oficiante, de JUD ATA e JUD Contabilidade retro, que adoto como razão de decidir, à luz do disposto no Decreto no. 59.171/2020, no uso da competência que me foi delegada pela Portaria 01/2016 - PGM/CGGM.G, AUTORIZO, a emissão de Nota de Empenho no valor de R\$ 79,59 (setenta e nove reais e cincoenta e nove centavos), onerando a dotação no. 21.10.02.062.3024.4.817.33.90.36.00.00 do orçamento vigente, com vistas a promover o pagamento de diligência da Oficial de Justiça KATIA LEONE REIS MAZZI, inscrita no CPF sob o n. 111.735.268-46, consoante Mapa Mensal de Mandados e certidão constantes do presente.

dos e certidão constantes do presente.
6021.2019/0005689-6 — Em face dos elementos e documentação que instruem o presente, notadamente as manifestações dos Procuradores oficiantes, de JUD ATA e JUD Contabilidade retro, que adoto como razão de decidir, à luz do disposto no Decreto no. 59.171/2020, no uso da competência que me foi delegada pela Portaria 01/2016 - PGM/CGGM.G, AUTORIZO, a emissão de Nota de Empenho no valor de R\$ 159,18 (cento a cinquenta e nove reais e dezoito centavos), onerando a dotação no. 21.10.02.062.3024.4.817.3.3.90.36.00.00 do orçamento vigente, com vistas a promover o pagamento de diligências da Oficial de Justiça ELIANA JESUS DE ANDRADE, inscrita no CPF sob o n. 089.553.638-26, consoante Mapa Mensal de Mandados e certidões constantes do presente.

6021.2019/0008609-4 — Em face dos elementos e documentação que instruem o presente, notadamente as manifestações dos Procuradores oficiantes, de JUD ATA e JUD Contabilidade retro, que adoto como razão de decidir, à luz do disposto no Decreto no. 59.171/2020, no uso da competência que me foi delegada pela Portaria 01/2016 - PGM/CGGM.G, AUTORIZO, a emissão de Nota de Empenho no valor de R\$ 159,18 (cento e cinquenta e nove reais e dezoito centavos), onerando a dotação no. 21.10.02.062.3024.4.817.3.3.90.36.00.00 do orçamento vigente, com vistas a promover o pagamento de diligências da Oficial de Justiça CONCEIÇÃO APARECIDA GABRIEL, inscrita no CPF sob o n. 184.969.706-04, consoante Mapa Mensal de Mandados e certidão constantes do presente.

6021.2019/0008614-0 — Em face dos elementos e documentação que instruem o presente, notadamente as manifestações dos Procuradores oficiantes, de JID ATA e JID Contabilidade retro, que adoto como razão de decidir, à luz do disposto no Decreto no. 59.171/2020, no uso da competência que me foi delegada pela Portaria 01/2016 - PGM/CGGM.G, AUTORIZO, a emissão de Nota de Empenho no valor de R\$ 318,34 (trezentos e dezoito reais e trinta e quatro centavos), onerando a dotação no. 21.10.02.062.3024.4.817.3.3.90.36.00.00 do orçamento vigente, com vistas a promover o pagamento de 04 diligências do Oficial de Justiça JOSÉ ROBERTO CAMPOS SALLES, inscrito no CPF sob o n. 077.643.018-17, consoante Mapas Mensais de Mandados e certidões constantes do presente.

6021.2019/0008676-0 — Em face dos elementos e documentação que instruem o presente, notadamente a manifestação do Procurador oficiante, de JUD ATA e JUD Contabilidade retro, que adoto como razão de decidir, à luz do disposto no Decreto no. 59.171/2020, no uso da competência que me foi delegada pela Portaria 01/2016 - PGM/CGGM.G, AUTORIZO, a emissão de Nota de Empenho no valor de R\$ 79,59 (setenta e nove reais e cincoenta e nove centavos), onerando a dotação no. 21.10.02.062.3024.4.817.3.3.90.36.00.00 do orçamento vigente, com vistas a promover o pagamento de diligência da Oficial de Justiça SANDRA FÁTIMA FERREIRA DA SILVA, inscrita no CPF sob o n. 040.270.088-04, consoante Mapa Mensal de Mandados e certidão constantes do presente.
6021.2019/0014032-3 — Em face dos elementos e docu-

6021.2019/0014032-3 — Em face dos elementos e documentação que instruem o presente, notadamente a manifestação do Procurador oficiante, de JUD ATA e JUD Contabilidade retro, que adoto como razão de decidir, à luz do disposto no Decreto no. 59.171/2020, no uso da competência que me foi delegada pela Portaria 01/2016 - PGM/CGGM.G, AUTORIZO, a emissão de Nota de Empenho no valor de R\$ 79,59 (setenta e nove reais e cincoenta e nove centavos), onerando a dotação no. 21.10.02.062.3024.4.817.3.3.90.36.00.00 do orçamento vigente, com vistas a promover o pagamento de diligência do Oficial de Justiça MARCIO CHAGAS MONTEIRO, inscrito no CPF sob o n. 189.516.118-50, consoante Mapa Mensal de Mandados e certidão constantes do presente.

6021.2019/0014042-0 — Em face dos elementos e documentação que instruem o presente, notadamente a manifestação do Procurador oficiante, de JUD ATA e JUD Contabilidade retro, que adoto como razão de decidir, à luz do disposto no Decreto no. 59.171/2020, no uso da competência que me foi delegada pela Portaria 01/2016 - PGM/CGGM.G, AUTORIZO, a emissão de Nota de Empenho no valor de R\$ 79,59 (setenta e nove reais e cincoenta e nove centavos), onerando a dotação no. 21.10.02.062.3024.4.817.3.3.90.36.00.00 do orçamento vigente, com vistas a promover o pagamento de diligência da Oficial de Justiça VILMA MARTINS COELHO, inscrita no CPF sob o n. 077.796.338-88, consoante Mapa Mensal de Mandados e certidão constantes do presente.

6021.2019/0020984-6 — Em face dos elementos e documentação que instruem o presente, notadamente a manifestação do Procurador oficiante, de JUD ATA e JUD Contabilidade retro, que adoto como razão de decidir, à luz do disposto no Decreto no. 59.171/2020, no uso da competência que me foi delegada pela Portaria 01/2016 - PGM/CGGM.G, AUTORIZO, a emissão de Nota de Empenho no valor de R\$ 79,59 (setenta e nove reais e cincoenta e nove centavos), onerando a dotação no. 21.10.02.062.3024.4.817.3.3.90.36.00.00 do orçamento vigente, com vistas a promover o pagamento de diligência do Oficial de Justiça ANTONIO MOTA FILHO, inscrito no CPF sob o n. 154.786.705-10, consoante Mapa Mensal de Mandados e certidão constantes do presente.

6021.2019/0039957-2 — Em face dos elementos e documentação que instruem o presente, notadamente as manifestações dos Procuradores oficiantes, de JUD ATA e JUD Contabilidade retro, que adoto como razão de decidir, à luz do disposto no Decreto no. 59.171/2020, no uso da competência que me foi delegada pela Portaria 01/2016 - PGM/CGGM.G, AUTORIZO, a emissão de Nota de Empenho no valor de R\$ 238,77 (duzentos e trinta e oito reais e setenta e sete centavos), onerando a dotação no. 21.10.02.062.3024.4.817.3.3.90.36.00.00 do orçamento vigente, com vistas a promover o pagamento de diligências do Oficial de Justiça MARCELO EDUARDO GARCIA, inscrito no CPF sob o n. 121.288.918-50, consoante Mapas Mensais de Mandados e certidões constantes do presente.

6021.2019/0042178-0 — Em face dos elementos e documentação que instruem o presente, notadamente as manifestações dos Procuradores oficiantes, de JUD ATA e JUD Contabilidade retro, que adoto como razão de decidir, à luz do disposto no Decreto no. 59.171/2020, no uso da competência que me foi delegada pela Portaria 01/2016 - PGM/CGGM.G, AUTORIZO, a emissão de Nota de Empenho no valor de R\$ 159,18 (cento e cinquenta e nove reais e dezoito centavos), onerando a dotação no. 21.10.02.062.3024.4.817.3.3.90.36.00.00 do orçamento vigente, com vistas a promover o pagamento de diligências do Oficial de Justiça VINICIUS ROMERO FERNANDES, inscrito no CPF sob o n. 108.402.088-20, consoante Mapas Mensais de Mandados e certidões constantes do presente.

6021.2020/0001935-6 — Em face dos elementos e documentação que instruem o presente, notadamente a manifestação do Procurador oficiante, de JUD ATA e JUD Contabilidade retro, que adoto como razão de decidir, à luz do disposto no Decreto no. 59.171/2020, no uso da competência que me foi delegada pela Portaria 01/2016 - PGM/CGGM.G, AUTORIZO, a emissão de Nota de Empenho no valor de R\$ 79,59 (setenta e nove reais e cincoenta e nove centavos), onerando a dotação no. 21.10.02.062.3024.4.817.3.3.90.36.00.00 do orçamento vigente, com vistas a promover o pagamento de diligências da Oficial de Justiça LISE MEIRLY CHEN, inscrita no CPF sob on. 013.738.778-47, consoante Mapa Mensal de Mandados e certidão constantes do presente.

6021.2020/0004071-1 — Em face dos elementos e documentação que instruem o presente, notadamente a manifestação do Procurador oficiante, de JUD ATA e JUD Contabilidade retro, que adoto como razão de decidir, à luz do disposto no Decreto no. 59.171/2020, no uso da competência que me foi delegada pela Portaria 01/2016 - PGM/CGGM.G, AUTORIZO, a emissão de Nota de Empenho no valor de R\$ 79,59 (setenta e nove reais e cincoenta e nove centavos), onerando a dotação no. 21.10.02.062.3024.4.817.3.3.90.36.00.00 do orçamento vigente, com vistas a promover o pagamento de diligência do Oficial de Justiça BENEDITO ANTONIO MARTINS DE OLIVEI-RA, inscrito no CPF sob o n. 015.138.078-38, consoante Mapa Mensal de Mandados e certidão constantes do presente.

6021.2018/0003130-1 — Em face dos elementos e documentação que instruem o presente, notadamente as manifestações do Procurador oficiante, de JUD ATA e JUD Contabilidado retro, que adoto como razão de decidir, à luz do disposto no Decreto no. 59.171/2020, no uso da competência que me foi delegada pela Portaria 01/2016 - PGM/CGGM.G, AUTORIZO, a emissão de Nota de Empenho no valor de R\$ 145,86 (cento e quarenta e cinco reais e oitenta e seis centavos), onerando a dotação no. 21.10.02.062.3024.4.817.3.3.90.36.00.00 do orçamento vigente, com vistas a promover o pagamento de diligências do Oficial de Justiça JÉSUS DE SOUZA LIMA, inscrito no CPF sob o n. 997.697.358-68, consoante Mapas Mensais de Mandados e certidões constantes do presente, tornando sem efeito o despacho publicado em 24/10/18 - doc 9878545.

6021.2019/0011020-3 — Em face dos elementos e documentação que instruem o presente, notadamente a manifestação do Procurador oficiante, de JUD ATA e JUD Contabilidade retro, que adoto como razão de decidir, à luz do disposto no Decreto no. 59.171/2020, no uso da competência que me foi delegada pela Portaria 01/2016 - PGM/CGGM.G, AUTORIZO, a emissão de Nota de Empenho no valor de R\$ 79,59 (seetnate nove reais e cincoenta e nove centavos), onerando a dotação no. 21.10.02.062.3024.4.817.3.3.90.36.00.00 do orçamento vigente, com vistas a promover o pagamento de diligência da Oficial de Justiça BEATRIZ TELLES DE TREITAS, inscrita no CPF sob o n. 922.627.918-72, consoante Mapa Mensal de Mandados e certidão constantes do presente.

6021.2018/003164-6 — Em face dos elementos e documentação que instruem o presente, notadamente a manifestação

